

**Comentários à Prova de**
TJAA
TRE - PE
CESPE*provas em 19/3/2017*

Segue, abaixo, comentário das questões de Direito Eleitoral e de Noções sobre Pessoas com Deficiência, aplicadas no concurso para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa.

Antes de analisar as questões, convido você a curtir nossa página dedicada exclusivamente ao estudo de Direito Eleitoral. Temos questões, vídeos, resumos, provas comentadas e esquemas. Curta lá!

<https://www.facebook.com/eleitoralparaconcurso>

Noções sobre Estatuto da Pessoa com Deficiência**Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017**

A Resolução CNJ n.º 230/2016

A representou inovação do CNJ, com base na Constituição Federal de 1988 e em convenção internacional, já que antecipou-se à legislação específica relativa à inclusão da pessoa com deficiência.

B foi editada com base em decisões administrativas do próprio CNJ que atribuíram à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência o status de emenda constitucional.

C estabeleceu prazo para os tribunais criarem as chamadas comissões permanentes de acessibilidade e inclusão, que devem ser interdisciplinares e integradas por servidores e magistrados com e sem deficiência.

D foi o primeiro ato normativo do CNJ a tratar de acessibilidade nos órgãos do Poder Judiciário.

E visa orientar os juízes eleitorais quanto à escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois a Resolução CNJ 230/2016 constitui regulamentação a partir da edição da legislação específica sobre a matéria, no caso da Lei 13.146/2015, de modo que não se antecipou à legislação.

A **alternativa B** está incorreta, pois foi editada a partir de um conjunto extenso de normas internas e internacionais de proteção à pessoa com deficiência.

A **alternativa C** está correta e gabarito da questão em face do art. 45 da Resolução.

A **alternativa D**, por sua vez, está incorreta, pois existem documentos anteriores a tratar da temática no âmbito do CNJ, a exemplo da Resolução CNJ 27/2009.

A **alternativa E** está totalmente equivocada, pois não estabelece normas relativas à escolha de locais de votação. A Resolução volta-se para regras a temática de defesa de servidores e de jurisdicionados de maneira ampla.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Considerando a legislação relativa à pessoa com deficiência, assinale a opção correta.

A Pessoas com deficiência têm direito a planos de saúde específicos, que podem ter redução de cobertura em relação aos demais clientes, desde que haja redução proporcional do preço.

B Os hotéis construídos antes da edição da Lei n.º 13.146/2015 têm o prazo de até dez anos para adotar todos os meios de acessibilidade estabelecidos na lei.

C O princípio do desenho universal não é aplicável a serviços, mas apenas a produtos e ambientes.

D A acessibilidade deve ser entendida não só como direito, mas também como princípio e garantia para o pleno exercício de demais direitos.

E Havendo vagas decorrentes de ação afirmativa, a pessoa com deficiência deverá, necessariamente, concorrer pelas cotas

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois a cobertura dos planos deve ser a mesma para pessoa sem ou com deficiência, conforme se extrai da leitura do art. 20 da Lei 13.146/2015.

A **alternativa B**, por sua vez, está incorreta, pois o art. 45 da Lei 13.146/2015, construídos antes do vigor da referida norma, devem disponibilizar, pelo menos, 10% dos dormitórios em condições acessíveis, ou, ao menos, uma.

A **alternativa C** está incorreta, pois, de acordo com o art. 3º, II, do Estatuto, desenho universal é compreendido como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva”.

A **alternativa D**, por sua vez, é a correta e gabarito da questão, pois retrata justamente o conceito de acessibilidade que se extrai do art. 3, I, do Estatuto.

Por fim, a **alternativa E** está incorreta, pois cabe à pessoa com deficiência optar pelo gozo ou não das prerrogativas que lhes são garantias. Não há obrigatoriedade para que usufruam as ações afirmativas.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

A respeito dos direitos das pessoas com deficiência e dos conceitos estabelecidos pela legislação de regência, assinale a opção correta.

A A prioridade na aquisição de imóvel de programa habitacional público é deferida à pessoa com deficiência sempre que signifique melhora de moradia, sem limite de vezes.

B O serventuário da justiça que, no exercício de suas funções, tomar conhecimento de violação aos direitos de pessoa com deficiência deve remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

C O conceito de atendente pessoal abarca a prestação, por enfermeiro, de serviço de enfermagem a pessoas com deficiência.

D As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar atendimento psicológico também a seus familiares.

E A isenção do imposto de renda é um dos benefícios reservados à pessoa com deficiência, não se estendendo a seu acompanhante.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois há um limite percentual para destinação de unidades prioritárias às pessoas com deficiência no importe de 3%, segundo prevê o art. 32, I, da Lei 13.165/2015.

A **alternativa B** está incorreta, pois o servidor deve se reportar ao magistrado que, se for o caso, remeterá as cópia ao Ministério Público, conforme estabelece o art. 7º, parágrafo único, da Lei 13.146/2015.

A **alternativa C** peca ao afirmar que profissões legalmente reconhecidas são consideradas no conceito de atendentes pessoal. Tais atividades estão excluídas do conceito, como se depreende da leitura do art. XII do art. 3º da Lei 13.146/2015.

A **alternativa D**, por sua vez, é a correta e gabarito da questão. Entre as ações de saúde, o art. 18 do Estatuto, assegura atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais.

A **alternativa E**, por fim, está incorreta. Em relação ao imposto de renda temos a prioridade de restituição conforme se extrai do art. 9º, VII, não a isenção, que não será assegurada ao atendente.

Direito Eleitoral

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

- O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para*
- A) maiores de setenta e cinco anos de idade.*
 - B) maiores de dezoito anos de idade.*
 - C) maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade.*
 - D) analfabetos.*
 - E) maiores de setenta anos de idade.*

Comentários

Essa questão não poderia ser mais fácil! Ela cobra ao art. 14, da CF:

§ 1º **O alistamento eleitoral e o voto são:**

I - **obrigatórios** para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

- a) os analfabetos;*
- b) os maiores de setenta anos;*
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.*

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Assim, o voto é obrigatório para os maiores de 18 anos. Desse modo, a **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 (CF), os partidos políticos

- A) podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.*
- B) não são obrigados a registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, se, antes, eles adquirirem personalidade jurídica.*
- C) podem utilizar organização paramilitar.*
- D) têm autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento.*
- E) têm, em regra, de pagar pelo acesso ao rádio e à televisão.*

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois é proibido o recebimento de recursos estrangeiros pelos partidos. Veja o art. 17, da CF:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

II - **proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;**

A **alternativa B** está incorreta. O registro do Estatuto no TSe é obrigatório. Veja o art. 17, § 2º, da CF:

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

A **alternativa C** está incorreta, pois é vedada a utilização do partido com caráter paramilitar, de acordo com o § 4º, do art. 17.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, pois reproduz parte do §1º, do art. 17, da CF.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

A **alternativa E** está incorreta. Os partidos terão acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. Veja o dispositivo do art. 17:

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Segundo a CF, são órgãos da justiça eleitoral

- A) as zonas eleitorais.*
- B) os cartórios eleitorais.*
- C) os juízes eleitorais.*
- D) os colégios eleitorais.*
- E) as mesas eleitorais.*

Comentários

Outra questão muito fácil. Para responder corretamente basta saber o art. 118, da CF:

Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral:

- I - o Tribunal Superior Eleitoral;*
- II - os Tribunais Regionais Eleitorais;*
- III - os **Juízes Eleitorais**;*
- IV - as Juntas Eleitorais.*

Assim, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Acerca da organização e das competências da justiça eleitoral e das regras para alistamento, assinale a opção correta.

- A) Cabe ao juiz eleitoral indicar os demais integrantes da junta eleitoral, vedada a escolha de agentes policiais para esse fim.
- B) Compete ao tribunal regional eleitoral expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
- C) O Supremo Tribunal Federal não integra a justiça eleitoral.
- D) O presidente e o vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são, respectivamente, um ministro do Supremo Tribunal Federal e um ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- E) Durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos é facultativo o alistamento como eleitor.

Comentários

A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão, uma vez que o art. 36, §3º, III, do CE, veda a designação de autoridades e agentes policiais para compor as Juntas Eleitorais.

A **alternativa B**, por sua vez, está incorreta, pois compete à Junta Eleitoral expedir diploma de candidatos a cargo de prefeito e vereador, conforme extraímos do art. 40, IV, do CE.

A **alternativa C** está incorreta. Maldade do CESPE! Em um primeiro momento somos levados a pensar que, de fato, **o STF não é órgão da Justiça Eleitoral em razão do art. 118, da CF**. Contudo, a questão não pergunta se o STF é órgão da Justiça Eleitoral.

A alternativa afirma, incorretamente, que o STF não integra a justiça Eleitoral. Como sabemos, o STF integrará a Justiça Eleitoral na representação dos membros do TSE oriundos do STF. São três os juízes do STF que integram o TSE. Devemos lembrar que a composição dos órgãos eleitorais é formada por vários órgãos do Poder Judiciário. Esses órgãos integram a Justiça Eleitoral.

Contudo, acreditamos que a questão possa ser impugnada por falta de clareza, uma vez que o STF como um todo – ou seja, como órgão – não integra a estrutura de órgão da Justiça Eleitoral.

Em face disso e tendo em vista o modo como a questão foi redigida, perde-se a objetividade e induz o candidato propositalmente a erro, o que não é desejável em uma prova **objetiva** de concursos públicos.

A **alternativa D**, por sua vez, está incorreta pois tanto o Presidente como o vice-Presidente são membros do STF.

A **alternativa E** peca ao afirmar o alistamento e votos são facultados aos conscritos durante o período do exercício das atividades militares, o que é expressamente vedado pela nossa.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Assinale a opção correta a respeito da prestação de contas de campanha eleitoral e da prestação de contas partidárias.

- A) *Em eleição majoritária, a prestação de contas de candidato terá de ser feita pelo próprio candidato.*
- B) *A prestação de contas de candidato participante de eleição proporcional deverá ser feita pelo comitê financeiro do partido.*
- C) *Caso esteja pendente processo judicial relativo às contas de candidato vitorioso, a documentação quanto a elas só poderá ser destruída depois de cento e oitenta dias da diplomação.*
- D) *Nas eleições para prefeito de municípios com menos de cinquenta mil eleitores, a prestação de contas será feita por sistema simplificado, desde que os gastos sejam inferiores a vinte e cinco mil reais.*
- E) *Eventual sobra de valores ao final de campanha eleitoral deve ser declarada na prestação de contas e, após julgados todos os recursos, devolvida ao candidato.*

Comentários

A **alternativa A** está correta, gabarito da questão. A prestação de contas, tanto em eleições majoritárias como em eleições proporcionais, será prestada diretamente pelo candidato, ou pelo sob a responsabilidade direta do candidato.

A **alternativa B** está incorreta, pois não há mais se falar em obrigatoriedade de constituição de comitês para a prestação de contas, o que prejudica a análise da questão.

A **alternativa C**, por sua vez, está incorreta. A regra geral é a manutenção dos documentos relativos às contas por 180 dias após a diplomação, exceto no caso de estarem a contas pendentes de julgamento, quando devem ser conservadas até 180 dias após as eleições, segundo o que prevê o art. 32 da Lei 9.504/1997.

A **alternativa D** está incorreta, pois a prestação de contas simplificadas depende da pouca movimentação financeira (até R\$ 20.000,00), conforme estabelece o art. 28, §9º, da Lei 9.504/1997. Não é o número de eleitores do município que irá viabilizá-la.

A **alternativa E** está igualmente incorreta, pois eventuais sobras são destinadas ao partido político e não ao candidato, segundo regra estabelecida no art. 31 da Lei 9.504/1997.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Com relação a partidos políticos, assinale a opção correta.

- A) *O partido político é pessoa jurídica de direito público destinada a assegurar a autenticidade do sistema representativo e a defesa dos direitos fundamentais.*
- B) *Em ano de eleição, é facultado ao partido político alterar, em seu estatuto, os prazos de filiação partidária.*
- C) *Apenas o eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos pode filiar-se a partido.*

D) Para desligar-se do partido, o filiado tem de fazer comunicação escrita ao órgão de direção regional desse partido e ao tribunal regional eleitoral.

E) Com o registro do estatuto do partido no registro civil das pessoas jurídicas fica-lhe assegurada a exclusividade de uso dos seguintes elementos identificatórios: denominação, sigla, símbolos e uniforme.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois partido político é pessoa jurídica de direito privado, não de direito público, conforme o art. 44, V, do CC.

A **alternativa B** está incorreta, pois o parágrafo único do art. 20 da Lei 9.096/1995 veda a alteração dos prazos de filiação em ano eleitoral.

A **alternativa C**, por sua vez, é a correta e gabarito da questão, pois é requisito para filiação partidária está no pleno gozo dos direitos políticos, como se extrai do art. 16, da Lei 9.096/1995.

A **alternativa D** está incorreta, pois basta a comunicação do filiado ao órgão de direção municipal e ao juiz para que haja o desligamento do partido, segundo o que prevê o art. 21 da Lei 9.096/1995. Não é necessário proceder ao desligamento junto aos órgãos regional e local.

A **alternativa E** está incorreta, pois de acordo com o art. 7º, §3º, da Lei 9.096/1995, somente o registro do estatuto do partido no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, vedada a utilização, por outros partidos, de variações que venham a induzir a erro ou confusão. Contudo, o art. 6º, da Lei 9.096/1995, veda a adoção de uniforme para os seus membros.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Considerando as regras do TSE para o alistamento eleitoral e a transferência de domicílio eleitoral, assinale a opção correta.

A) Para comprovar o tempo de residência no novo local, o eleitor deve instruir o pedido de transferência de domicílio eleitoral com contas de luz ou outro documento equivalente.

B) Em ano de eleição, o menor que completar dezesseis anos de idade até a data do pleito poderá optar por alistar-se.

C) Estará sujeito a multa eleitoral o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano antes da data prevista para eleição.

D) O alistamento do analfabeto é facultativo, mas, uma vez que ele se aliste, seu voto será obrigatório.

E) Qualquer delegado de partido político pode recorrer do despacho que indeferir a transferência de determinado eleitor.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o eleitor não é obrigado a fornecer comprovante de residência podendo, de acordo com o art. 18, III, da Resolução TSE 21.538/2003, declarar a residência sob as penas da lei.

A **alternativa B**, por sua vez, está correta e é o gabarito da questão em face do que prevê o art. 14 da Resolução.

A **alternativa C** está incorreta, pois ao contrário do afirmado, o brasileiro naturalizado que não se alistar até um ano antes da data prevista para eleição não está sujeito à multa conforme podemos notar do art. 15, *caput*, da Resolução.

A **alternativa D** está incorreta, pois tanto o alistamento como o voto do analfabeto são facultativos.

A **alternativa E** está incorreta, pois o delegado somente poderá recorrer do deferimento do alistamento, na forma do art. 17, §1º, da Resolução.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Considerando as regras do TSE para a administração e a manutenção do cadastro eleitoral e assuntos correlatos, assinale a opção correta.

A) Via de regra, a revisão de eleitorado ocorre em ano eleitoral.

B) As relações de eleitores constantes do cadastro eleitoral, com dados como filiação e estado civil, serão acessíveis às instituições públicas e privadas, ressalvada a privacidade quanto ao endereço e telefone.

C) A outorga a brasileiro do gozo de direitos políticos em Portugal importará a perda desses mesmos direitos no Brasil.

D) Comunicada a perda de direitos políticos pelo Ministério da Justiça, a corregedoria-regional atualizará a situação das inscrições na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

E) A regularização da situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos não ocorre simultaneamente à cessação do impedimento.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois não se procede, em regra, a revisão do eleitorado em ano eleitoral.

A **alternativa B** também está incorreta. A regra é a impossibilidade de informações relativas ao cadastro eleitoral, devendo ser assegurada a preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem do cidadão, conforme estabelece o art. 29 da Resolução TSE 21.538/2003.

A **alternativa C** está incorreta pois importará a suspensão, não a perda. De acordo com o art. 51, §3º, da Resolução, a "outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, devidamente comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral, importará suspensão desses mesmos direitos no Brasil".

A **alternativa D** está incorreta, pois a atribuição é da Corregedoria-Geral, e não regional, segundo o que dispõe o art. 51, §3º, da Resolução.

A **alternativa E**, por sua vez, está correta e é o gabarito da questão, pois, segundo o art. 52, da Resolução, *a regularização de situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante comprovação de haver cessado o impedimento*, de modo que temos que esses eventos não ocorre simultaneamente.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Com base no Código Eleitoral, assinale a opção correta relativamente a juízes, juntas e alistamento eleitoral.

A) Caberá a aplicação de multa ao juiz que deixar de anexar ao processo eleitoral o recibo do eleitor quanto ao título e documento que instruiu o requerimento de alistamento eleitoral.

B) A suspensão dos direitos políticos implica a suspensão do direito de voto, mas não o cancelamento do alistamento eleitoral.

C) Durante o processo de cancelamento do alistamento e até a exclusão, o eleitor não poderá votar.

D) Para o efeito da inscrição, é tido como domicílio eleitoral o lugar de residência do requerente, e, verificado ter este mais de uma, considerar-se-á domicílio a mais antiga.

E) As juntas eleitorais são compostas por um juiz de direito e dois ou quatro cidadãos de notório saber jurídico.

Comentários

A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão. De acordo com o art. 45 do Código Eleitoral, ao entregar o título ao eleitor devem ser devolvidos os documentos que instruíram o pedido e o recebido de entrega assinado deve constar do procedimento de alistamento sob pena de aplicar multa ao juiz eleitoral que não determinar a anexação no valor de um a cinco salários.

A **alternativa B** está incorreta, pois a suspensão dos direitos políticos implica no cancelamento da inscrição, que poderá ser restabelecida após cessados os efeitos da suspensão.

A **alternativa C** está incorreta, pois, de acordo com o art. 72, do CE, durante o processo até a exclusão o eleitor poderá votar validamente.

A **alternativa D** também está incorreta, pois quando o eleitor possuir mais de um domicílio, qualquer delas poderá ser considerada para fins de comprovação para o alistamento. O art. 42, parágrafo único, confere ao eleitor a prerrogativa de optar pelo domicílio, não havendo previsão de que deve ser escolhida a mais antiga.

A **alternativa E**, por sua vez, está incorreta, pois os dois ou quatro cidadãos devem ter "notória idoneidade", não "notório saber jurídico", segundo o *caput* do art. 36 do CE.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Quanto aos tribunais regionais eleitorais (TREs), assinale a opção correta.

- A) Os TREs não têm competência para responder às consultas em tese sobre matéria eleitoral feitas por partido político.*
- B) Compete aos TREs requisitar diretamente força federal, se isso for necessário ao cumprimento de suas decisões.*
- C) As decisões dos TREs sobre ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente serão tomadas com a presença de todos os seus membros.*
- D) As atribuições do corregedor-regional serão fixadas pelo TRE perante o qual servir e, supletivamente, pelo TSE.*
- E) Os TREs deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença de dois terços de seus membros.*

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o art. 30, VIII, do CE, prevê que o TRE tem competência para responder consultas formuladas por autoridades públicas ou por partido político.

A **alternativa B** está incorreta, pois embora o TRE tenha a prerrogativa de requisitar força para cumprimento das suas decisões, o inc. XII do art. 30 do CE prevê que, em relação à força federal, a solicitação deve ser dirigida ao TSE.

A **alternativa C**, por sua vez, é a correta e gabarito da questão. É justamente isso que estabelece o §4º do art. 28. As decisões relativas a: a) cassação de registro; b) anulação geral das eleições; e c) perda de diplomas exigem a presença de todos os membros para que haja instalação da sessão.

A **alternativa D**, por sua vez, está incorreta pois as atribuições do Corregedor-Regional Eleitoral são fixadas diretamente pelo TSE, competindo aos TREs dispor das atribuições de forma supletiva.

A **alternativa E** também está incorreta, pois a regra é que o quórum de instalação seja de maioria dos membros e o quórum de deliberação de maioria dos presentes, não de 2/3.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Acerca de partidos políticos, assinale a opção correta.

- A) O partido político tem soberania para definir sua estrutura interna.*
- B) Filiados mais antigos podem ter mais direitos que os recentes, desde que assim seja previsto no estatuto do partido político.*
- C) Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral.*
- D) A ação do partido é exercida de acordo com seu estatuto e programa, podendo haver subordinação da agremiação a entidade estrangeira, desde que expressamente consignado em referidos documentos.*

| E) É vedada a fusão de partidos políticos.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois embora tenham autonomia (não soberania!), conforme se extrai da leitura do art. 3º, da Lei 9.096/1995.

A **alternativa B** também está incorreta, pois o art. 4º, da Lei 9.096/1995 é expresso em afirmar que os filiados possuem direitos e deveres iguais perante o partido.

A **alternativa C**, por sua vez, está correta e é o gabarito da questão, pois de acordo com o art. 19, §3º, da Lei 9.096/1995.

A **alternativa D** está incorreta, pois o art. 5º, da Lei 9.096/1995 veda a subordinação a governo ou entidade estrangeiros.

A **alternativa E** está totalmente incorreta. Há previsão e regramento específico para fusão de partidos na legislação, a partir do art. 27 da Lei 9.096/1995.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Quanto a registros de candidatos, assinale a opção correta.

A) As causas de inelegibilidade são aferidas no momento do pedido de registro da candidatura, sendo vedada a alteração da decisão por alterações fáticas ou jurídicas supervenientes.

B) É vedado ao partido substituir candidato que for considerado inelegível após o termo final do prazo do registro.

C) Para solicitar à justiça eleitoral o registro de seus candidatos, os partidos políticos terão até as dezenove horas do dia trinta de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

D) Entre outros documentos, o pedido de registro de candidato à justiça eleitoral deve ser instruído com declaração de bens assinada pelo candidato.

E) Apenas partidos políticos podem solicitar registro de candidatos.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. De acordo com o art. 11, §10, da Lei 9.504/1997, as alterações supervenientes, fáticas ou jurídicas, na elegibilidade dos candidatos devem ser consideradas para eventual cassação no registro. Cite-se, por exemplo, a rejeição de contas, a cessação da inelegibilidade etc.

A **alternativa B** peca ao afirmar que não é possível substituir candidato considerado inelegível. Ao contrário, prevê o art. 13, *caput* combinado com o §1º, prevê a possibilidade de o partido substituir candidato considerado inelegível no prazo de 10 dias a contar do fato desde que esteja há mais de 20 dias das eleições.

A **alternativa C** também está incorreta, pois a data limite para o registro é as 19 horas do dia 15 de agosto, segundo o que consta do art. 36 da Lei 9.504/1997.

A **alternativa D**, por sua vez, é a correta e gabarito da questão, pois entre as condições de elegibilidade impróprias (ou seja, aquelas previstas apenas da legislação eleitoral), faz-se necessário apresentar a declaração de bens, conforme se extrai do art. 11, IV, da Lei 9.504/1997.

Por fim, a **alternativa E** está incorreta, pois a regra é o partido solicitar o registro do candidato. Contudo, temos a possibilidade de coligações e também o próprio eleitor solicitarem registro perante a Justiça Eleitoral.

Questão – CESPE/TRE-PE – Técnico Judiciário - 2017

Com base na legislação que rege as eleições, assinale a opção correta.

A) As normas para a escolha dos candidatos e para a formação de coligações estão estabelecidas taxativamente na lei, em numerus clausus.

B) O requisito de idade mínima de dezoito anos como condição de elegibilidade é verificado tendo por referência a data da posse no cargo pretendido.

C) Os partidos políticos dentro da mesma circunscrição podem celebrar coligações para eleição majoritária, para eleição proporcional ou para ambas.

D) Nas eleições majoritárias, consideram-se válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias.

E) Candidatos filiados a qualquer partido podem inscrever-se nas chapas de coligação.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o art. 7º da Lei 9.504/1997 prevê que o estatuto também pode prever regras para a formação de coligações e não apenas a Lei 9.504/1997.

A **alternativa B** erra ao afirmar que a idade mínima para o cargo de vereador é aferida com base na posse. Ao contrário, em face das alterações promovidas pela Lei 13.165/2015, para o cargo de vereador, a idade mínima será aferida tendo em vista a data do registro.

A **alternativa C**, por sua vez, está correta e é o gabarito da questão, pois retrata expressamente o art. 6º da Lei 9.504/1997.

A **alternativa D**, por sua vez, está incorreta, pois não há voto de legenda nas eleições majoritárias, mas apenas nas eleições proporcionais.

A **alternativa E**, por sua vez, pois apenas os candidatos filiados à chapa podem registrar candidatos em nome da coligação.